

**AO JUÍZO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E MEDIDAS  
ALTERNATIVAS DO XXXXX**

**Processo nº : XXXXXX**

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXX, apresentar

**CONTRARRAZÕES AO  
RECURSO DE AGRAVO EM  
EXECUÇÃO**

interposto pelo Ministério Público do xxxxxxxx contra a r. sentença que reconheceu a prescrição da pretensão executória e declarou extinta a sua punibilidade, conforme os motivos expostos nas contrarrazões que seguem em anexo, requerendo sejam as presentes recebidas e processadas, na forma da lei, com o encaminhamento ao E. Tribunal de Justiça do xxxx.

Termos em que pede  
deferimento.

**Fulano de tal  
] Defensor Público**

---

**EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO xxxxxxxx**

Processo nº : **xxxxxx**

**Agravado: fulano de tal**

Colenda Turma,

Emérito Desembargador Relator,

**CONTRARRAZÕES**

**I - DOS FATOS**

O sentenciado foi condenado à pena de 1 ano, 1 mês e 10 dias de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, por incursão no artigo 33, par. 4º (tráfico privilegiado), da Lei 11.343/2006. No entanto, a pena privativa de liberdade foi substituída por restritiva de direitos, além de multa.

O magistrado *a quo* reconheceu e declarou a prescrição da pretensão executória fundamentando-se no marco inicial para contagem de prazo prescricional em 27/04/2020, tempo decorrido desde o trânsito em julgado para a acusação, e considerando ser esse o entendimento majoritário do e. TJDFT.

Irresignado com a r. decisão, o Ministério Público do xxx e xxxxxxxxx interpôs Agravo em Execução, argumentando que não se verifica a ocorrência da prescrição da pretensão executória, pois o marco inicial para contagem da prescrição se daria do trânsito em julgado para ambas as partes, ou seja, 18/05/2020.

---

## II - DO DIREITO

Após a sentença, a prescrição regula-se pela pena aplicada. Senão vejamos a disciplina do Código Penal:

Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.

§ 1º A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

Assim, considerando que a pena imposta na sentença foi de 1 ano, 1 mês e 10 dias de reclusão, bem como a idade do condenado à época dos fatos, então menor de 21 anos, a prescrição ocorre em 2 anos, conforme art. 109, III, do Código Penal.

Por sua vez, a prescrição da pretensão executória começa a correr da data do trânsito em julgado para a acusação, conforme previsão do Código Penal, *in verbis*:

### **Termo inicial da prescrição após a sentença condenatória irrecorrível**

Art. 112 - No caso do art. 110 deste Código, a prescrição começa a correr:

I - do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional;

---

II - do dia em que se interrompe a execução, salvo quando o tempo da interrupção deva computar-se na pena.

Colhe-se dos autos que a sentença condenatória transitou em julgado para o Ministério Público em 25/06/2019, tendo decorrido tempo superior ao previsto em lei sem que o sentenciado tenha iniciado o cumprimento da pena ou a acusação tenha interposto recurso.

Tal entendimento encontra amparo na jurisprudência do e. TJDFT.

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. MARCO INICIAL DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. DECISÃO CONFIRMADA.

1 A condenação do réu impugnada somente pela Defesa implica o trânsito em julgado da sentença para o órgão de acusação. O Juízo da Execução Penal julgou extinta a punibilidade adotando como marco inicial da prescrição executória o trânsito em julgado para a acusação, ensejando a inconformidade do Ministério Público.

**2 O Código Penal prevê expressamente que o prazo da prescrição da pretensão executória começa a correr da data do trânsito em julgado para a acusação. Interpretação diversa contraria a lei e prejudica o réu por ter simplesmente recorrido.**

3 Agravo não provido.

Acórdão n.1156490, 20180020091114RAG, Relator: GEORGE LOPES 1ª TURMA CRIMINAL, Data de

Julgamento: 07/03/2019, Publicado no DJE: 15/03/2019. Pág.: 175/177.

Fixada tal premissa, cabe perquirir se o acórdão confirmatório da condenação possui



o condão de interromper o prazo prescricional da pretensão executória, conforme pretendido pelo Ministério Público. No entanto, a resposta é negativa, conforme será demonstrado. Sobre o tema, o Código Penal estabelece:

**Art. 117 - O curso da prescrição interrompe-se:**

I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa;

II - pela pronúncia;

III - pela decisão confirmatória da pronúncia;

**IV - pela publicação da sentença  
ou acórdão condenatórios  
recorríveis;**

V - pelo início ou continuação do cumprimento da pena;

VI - pela reincidência.

Nessa linha, a doutrina divide-se em duas interpretações sobre o significado de “acórdão condenatório”, trazido pela Lei nº 11.596/2007. Para uma corrente o acórdão condenatório é aquele que reforma uma decisão absolutória anterior, condenando efetivamente o réu. Para outra, é condenatório aquele acórdão que reforma decisão absolutória precedente e o que apenas confirma condenação anterior.

É importante rememorar a lição da doutrina no sentido de que as previsões insertas nos incisos I a IV do artigo acima transcrito representam causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva, ao passo que as hipóteses dos incisos V e VI dizem respeito às causas interruptivas da prescrição da pretensão executória.

Nesse contexto, não se desconhece o precedente invocado pelo agravante. No entanto, é necessário atentar para as diretrizes do caso concreto julgado pelo Supremo Tribunal Federal, de modo a diferenciar as causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva e da pretensão executória.

Apesar de não haver pronunciamento definitivo e vinculante do STF sobre a matéria,

o que restou decidido é que o acórdão confirmatório da condenação interrompe a prescrição da pretensão punitiva, não havendo o Tribunal se manifestado sobre a pretensão executória, que é a hipótese dos autos.

Dessa forma, o art. 117, IV, do Código Penal deve ser interpretado com todas as

---

cautelas necessárias à sua harmonização com os demais dispositivos do sistema processual, mormente com as garantias fundamentais do acusado, o que se assemelha com o entendimento de que somente o acórdão condenatório que reforma uma decisão absolutória anterior pode interromper a prescrição.

Neste ponto, cabe apontar que a analogia e a interpretação extensiva possuem objetivos distintos, pois aquela visa à aplicação de lei lacunosa, na medida em que esta objetiva interpretar o sentido da norma, ampliando o seu alcance.

A função da analogia não é, por consequência, interpretativa, mas integrativa da norma jurídica. Com a analogia procura-se aplicar determinado preceito ou princípios gerais do direito a uma hipótese não contemplada no texto legislativo. Nessa esteira, a analogia não é um meio de interpretação, mas de integração do sistema jurídico, inaplicável na hipótese ora analisada.

Diante disso, como leciona o doutrinador Cezar Roberto Bitencourt<sup>1</sup>, o acórdão confirmatório ou retificatório pode ter semelhanças, mas não é igual ao condenatório. Por essas razões, então, somente o acórdão (recursal ou originário) que modifica a primeira decisão absolutória do processo tem o condão de interromper o curso da prescrição, nos termos do inciso IV do art. 117 do CP.

Nesse sentido, a jurisprudência pátria:

RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO PENAL. CRIME DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ART. 14, CAPUT, DA LEI Nº 10.826/2003). PRESCRIÇÃO SUPERVENIENTE. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ACÓRDÃO CONFIRMATÓRIO DA SENTENÇA. MAJORAÇÃO DA PENA. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL.

---

<sup>1</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. Código penal comentado. 10. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019, p. 376.

**Constitui causa interruptiva da prescrição apenas o acórdão condenatório que reforma a sentença absolutória e institui pela primeira vez o título.**

**O acórdão que confirma a condenação, mesmo majorando a pena corporal, não possui a faculdade de interromper o prazo prescricional.**

Recurso de agravo conhecido e não provido.  
Acórdão 931602, 20160020010487RAG,  
Relator: SOUZA E AVILA, 2ª TURMA  
CRIMINAL, data de  
julgamento: 31/3/2016, publicado no DJE:  
6/4/2016. Pág.: 86/111.

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL.  
PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO  
EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO  
EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO.  
INEXISTÊNCIA DE INTERRUÇÃO DO  
LAPSO TEMPORAL PELO ACÓRDÃO  
CONFIRMATÓRIO DA CONDENAÇÃO,  
AINDA QUE ALTERE A PENA. EXTINÇÃO  
DA PUNIBILIDADE. OCORRÊNCIA.

1.O termo inicial para contagem do prazo prescricional da pretensão executória é a data em que a sentença penal condenatória transita em julgado para a acusação, e não para ambas as partes. Inteligência do art. 112, I, do Código Penal. Precedentes.

2. No caso dos autos, o sentenciado, primário, foi condenado à pena corporal de dois anos de reclusão, substituída a privativa de liberdade por uma restritiva de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade, e por multa, com prazo prescricional de



---

**NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA DE EXECUÇÕES PENAIS**

SCN, Quadra 01, Bloco G, Loja 01 Ed. Rossi Esplanada Business- CEP: 70.297-400

quatro anos. Exegese dos artigos 109, V, e parágrafo único, e 114, II, ambos do Código Penal.

3. Transcurso de tal prazo entre a data do trânsito em julgado para o Ministério Público da respeitável sentença condenatória (06.03.2012) e a presente data, sendo forçosa, pois, a extinção da punibilidade do sentenciado, pela prescrição da pretensão executória.

**4. O v. Acórdão que confirma a condenação de primeiro grau, ainda que altere a pena, não é causa de interrupção do lapso prescricional, o que somente ocorre na hipótese de acórdão condenatório, conforme expresso no art. 117, inciso IV, do CPP, que não comporta interpretação ampliativa. 4. Recurso defensivo provido, para julgar extinta a punibilidade do sentenciado, pela prescrição da pretensão executória.**

TJ-SP - EP: 00276882020198260050 SP 0027688-20.2019.8.26.0050, Relator: Gilda Alves Barbosa Diodatti, Data de Julgamento: 22/08/2019, 15ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 24/08/2019.

Por fim, cabe ressaltar que o efeito do acórdão meramente confirmatório ou retificatório de condenação anterior já foi recusado pelo Congresso Nacional. O projeto de lei que tramitou pelo Congresso Nacional e foi encaminhado pela Mensagem n. 785/95 do Poder Executivo incluía, como novo marco interruptivo da prescrição, o inciso V deste artigo, nos seguintes termos: “V — pela decisão do Tribunal que confirma ou impõe a condenação”<sup>2</sup>.

Constata-se que nesta redação estava clara a definição de decisão do Tribunal que “confirma” a condenação. Entretanto, a publicação da Lei nº 9.268/96 decidiu por repetir tanto a numeração quanto o conteúdo

original dos incisos V e VI do art. 117 do CP, sendo,

---

<sup>2</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. Código penal comentado. 10. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019, p. 376.

---

em outros termos, recusada pelo Congresso Nacional o objetivo de transformar a decisão confirmatória de condenação anterior em novo marco interruptivo da prescrição.

### **III - DO PEDIDO**

Ante o exposto, pugna a defesa pelo NÃO PROVIMENTO do recurso de agravo, com a manutenção da r. sentença proferida pelo douto magistrado *a quo*, a qual **reconheceu a ocorrência da extinção da punibilidade** do agravado pela **prescrição da pretensão executória do Estado**.

Pede deferimento.

xxxxxxx, data conforme protocolo.

**Fulano de tal**

**Defensor Público**

---